

EDIÇÃO 233 JUNHO 2021

DECISÃO

Cartilha orienta
sobre qualidade de
vida na pandemia

PÁGINAS 19 A 21



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista

Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Três Poderes reafirmam a legitimidade da Amagis na defesa da Magistratura

TIAGO PARRELA



Presidentes da Amagis e do TJMG, com diretores da Associação, debatem reivindicações da Magistratura mineira

Com a legitimidade exclusiva, a Diretoria da Amagis defendeu interesses da Magistratura mineira junto ao presidente do TJMG, desembargador Gilson Lemes, e aos presidentes do STF, ministro Luiz Fux, do Senado, senador Rodrigo Pacheco, a fim de promover avanços na carreira. O Governo de Minas acolheu reivindicações do presidente Alberto Diniz no projeto que trata da migração previdenciária.

PÁGINAS 3 A 5



ALBERTO DINIZ FALA SOBRE OS 45 ANOS DA AMAGIS SAÚDE

PÁGINA 23

LEGITIMIDADE DA AMAGIS É ÚNICA E EXCLUSIVA JUNTO AOS PODERES

POR ALBERTO DINIZ*

“Nada é discutido no Tribunal de Justiça, Legislativo ou no Executivo, em Minas e em Brasília, sobre a Magistratura sem a presença da Amagis”

Em Brasília e, especialmente, em Minas, cumprimos, com dignidade e legitimidade, a missão que nos foi dada por mais de 95% dos associados. E a da própria Amagis, como acontece em seus 65 anos de história vocacionada na defesa e valorização dos [as] magistrados [as].

Ampla e focada, essa atuação se pauta, no dia a dia, pela quitação e reconhecimento de direitos, como as férias-prêmio, acúmulo de acervo, migração à previdência complementar, interesse dos aposentados, cuidados com a saúde, entre outros. No plano geral, essa defesa é intransferível em favor de uma classe que se dedica a fazer justiça.

Enfim, onde houver interesses da Magistratura, ali estaremos porque é o nosso papel. E o fazemos coletivamente em nome dos magistrados do interior e da capital, do 1º e do 2º graus, ativos e aposentados e pensionistas. Sem distinção, lobbies ou favorecimentos.

A Amagis não existe sem a Magistratura mineira e essa não seria ativa e respeitada sem a Associação. Para alcançar nossos objetivos, aperfeiçoamos as estratégias, reforçando, agora, a parceria com outras entidades ao criarmos o Fomcate, Fórum Mineiro das Carreiras Típicas de Estado. Por meio dele, tivemos importantes conquistas que minimizaram, em 2020, os danos impostos pela reforma da previdência estadual.

A própria direção do nosso Tribunal reafirma a legitimidade da Amagis, da qual é parceira nas boas causas da Magistratura e do Judiciário. Não é sem razão. Nas últimas seis décadas e meia, consolidamos avanços, como, o principal deles, o reconhecimento da Magistratura e de sua representatividade. Nada é discutido no Tribunal, Legislativo ou Executivo, em Minas e em Brasília, sobre a Magistratura sem a presença da Amagis. Essa conquista irreversível fortalece a Associação e nada poderá enfraquecê-la.

Em Brasília, junto com a AMB, acompanhamos o debate sobre o novo CPP. Aqui, no Estado, antecipamos as reivindicações junto ao Executivo no projeto da migração previdenciária e, agora, faremos o mesmo, por meio da boa interlocução, no Legislativo. Na carreira e na saúde, os [as] magistrados [as] jamais ficarão desprotegidos enquanto a Amagis for ativa, forte e atuante. ●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- Diretoria intensifica diálogo com o TJ por direitos da classe **PÁG 03**
- Associações discutem novo CPP com o Congresso e o STF **PÁG 04**
- Amagis defende PEC 555 em favor de aposentados **PÁG 05**
- Secretaria de Segurança de MG apreciará projeto de juíza **PÁG 06**
- Amagis apoia campanha contra violência infantil **PÁG 07**
- Entrevista: Ricardo Cavalcante Motta **PÁG 09**
- Ativismo Judicial: o que você pensa? **PÁG 11**
- Ejef debate autofiscalização da unidade jurisdicional **PÁG 12**
- Vice-presidente da Amagis toma posse no CNPCP **PÁG 13**
- Cartilha de Integridade orienta licitantes sobre boas práticas **PÁG 13**
- Jornal DECISÃO inova mais uma vez e ganha interatividade **PÁG 14**
- Confira a programação do Pensamento Jurídico e Via Justiça **PÁG 15**
- História Social do Jazz **PÁG 16**
- Coral da Amagis mantém atividades na pandemia **PÁG 17**
- Live aborda cuidados com a saúde mental na pandemia **PÁG 19**
- Amagis amplia convênios com clínicas de vacinação **PÁG 24**



PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

TJMG reconhece legitimidade de reivindicações da Amagis

Diretoria reúne-se com o presidente Gilson Soares Lemes

MIRNA DE MOURA/TJMG



Acompanhado por diretores, Alberto Diniz debate direitos da classe com Gilson Lemes

Em menos de uma semana, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, reuniu-se duas vezes com o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, intensificando e representando legitimamente os direitos da Magistratura mineira.

O primeiro encontro foi realizado entre os dois presidentes, no dia 20 de maio, quando Alberto Diniz e Gilson Lemes conversaram sobre políticas de valorização do Judiciário, no âmbito estadual e nacional. Foram abordadas a discussão pelo novo CPP, que tramita no Congresso Nacional, e o projeto de lei para criação do benefício especial de migração para o regime complementar da Previdência, em discussão com representantes do Executivo e Legislativo estadual.

No segundo encontro, realizado no dia 26 de maio, com a Diretoria da Associação, foram discutidos a pauta legislativa e assuntos de interesse da Magistratura mineira, como a resolução sobre a regulamentação do teletrabalho dos magistrados, auxílio moradia para juizes substitutos e questões referentes a pagamentos, como férias compensatórias, férias-prêmio e compensação por acúmulo de acervo. Também foram debatidos assuntos de

importância para aposentados e pensionistas. *Veja mais na página 5.*

Os dirigentes também conversaram sobre o novo Código de Processo Penal (CPP), que foi ponto de pauta da reunião entres os presidentes da Associações estaduais, a AMB, o ministro Luiz Fux, presidente do STF, com o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidente Senado, e o deputado federal João Campos (Republicanos-GO), relator da matéria. *Saiba mais na página 4.*

Na avaliação do presidente da Amagis, a reunião foi muito produtiva, com avanços em todos os temas tratados, que representam melhorias nas condições de trabalho, valorização e o reconhecimento da classe. “Vimos, acima de tudo, agradecer ao presidente do Tribunal pelo que tem feito para a Magistratura do Estado, reconhecendo e trabalhando por seus direitos. É isso que a Associação quer manter, uma relação próxima com a Presidência, harmoniosa e que possa sempre ajudar a Magistratura mineira, além de implementar os benefícios que buscamos”, disse o desembargador Alberto Diniz.

O presidente Gilson Lemes reconheceu a legitimidade dos pleitos da

Amagis e afirmou que todos os pedidos entregues pela Diretoria da Associação serão cuidadosamente analisados. “O Tribunal se coloca à disposição dos magistrados e, notadamente, da Amagis, que representa todos os magistrados. Desde o início da nossa gestão, o TJMG tem buscado, diuturnamente, dar melhores condições de trabalho aos magistrados e servidores, e implementar os benefícios que são devidos. Agradeço a visita da Diretoria e ao desembargador Alberto Diniz”, afirmou o desembargador Gilson Lemes.

Participaram da reunião, o vice-presidente Administrativo da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, a vice-presidente Financeira, juíza Luzia Peixôto, a vice-presidente de Saúde, juíza Rosimere das Graças do Couto, a vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, juíza Marli Maria Braga, e o vice-presidente Sociocultural-Esportivo, juiz Jorge Paulo dos Santos.

Além deles, participaram o superintendente administrativo-adjunto do Tribunal, desembargador José Arthur Filho, o desembargador Henrique Abi-Ackel e os juizes auxiliares da Presidência Delvan Barcelos, Rui de Almeida Magalhães e Jair Francisco dos Santos. ●

Associações discutem novo CPP com o Congresso e o STF

Reforma Administrativa e Extrateto foram debatidos na reunião

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, no dia 5 de maio, da reunião do Conselho de Representantes da AMB, com o ministro Luiz Fux, o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidente do Senado, e o deputado federal João Campos (Republicanos-GO), relator do PL 8045/10, referente ao novo Código de Processo Penal (CPP).

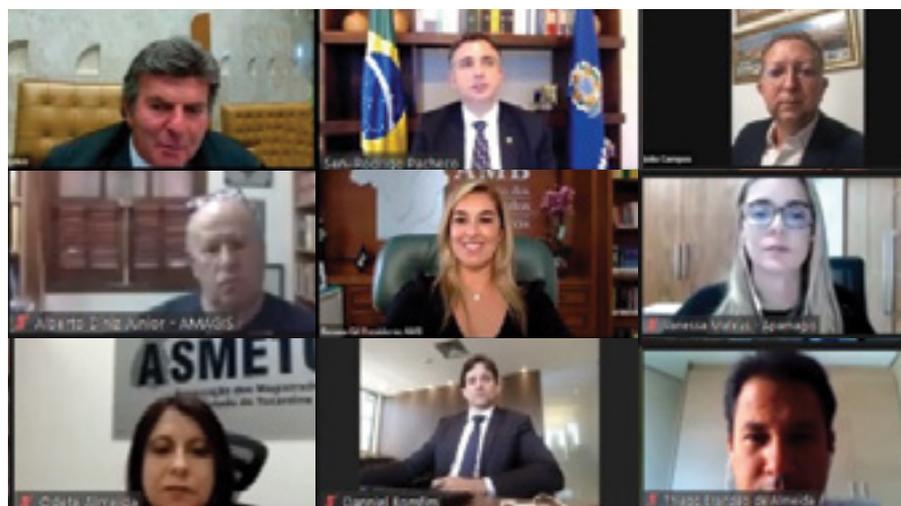
Segundo o presidente Alberto Diniz, que saudou a presidente da AMB, juíza Renata Gil pela iniciativa, a reunião com representantes do Judiciário e do Legislativo foi importante para as Associações apresentarem suas propostas e preocupações com as mudanças no CPP. “A reunião foi muito produtiva e sinalizou para a possibilidade de avanços em temas relevantes para a Magistratura”, afirmou.

Os dirigentes associativos manifestam, entre outras, preocupações com as videoconferências nos atos processuais, inclusive, nas audiências de custódia. Além do novo CPP, também abordaram temas como a Lei de Improbidade, o Projeto de Lei do Extrateto, juiz de carreira no STF, prerrogativas da Magistratura e Reforma Administrativa.

Após o encontro, as Associações tiveram uma importante conquista no dia 18 de maio, com a aprovação, no Senado, do Projeto de Lei 1.473/2021, que regulamenta a audiência de custódia por videoconferência durante a pandemia da Covid-19, garantindo assim a privacidade e a segurança do preso e de todos os agentes envolvidos no processo penal.

CONSELHOS

A reunião com os presidentes do STF, do Senado e o representante da Câmara dos Deputados foi precedida pelo encontro da Coordenadoria da Justiça Estadual da AMB, no dia 5 de maio, da qual participou o vice-presi-



Alberto Diniz e Renata Gil com Luiz Fux, Rodrigo Pacheco e João Campos



Luiz Carlos Rezende e Santos no encontro da Coordenadoria da Justiça Estadual

dente Administrativo da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos.

Além dos temas abordados com os representantes do Judiciário e o Legislativo, os dirigentes associativos discutiram eleições diretas nos Tribunais, trabalho remoto, permuta entre magistrados e gratificação por acúmulo de acervo. Em Minas, esse último ponto, já foi regulamentado pelo TJMG.

Na avaliação de Rezende e Santos, a reunião foi muito positiva, pois alinha as estratégias de atuação e fortalece a união das Associações estaduais na luta por uma Magistratura forte e inovadora. Dois dias antes, a Amagis foi representada pelo juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo na reunião da Coordenadoria de Aposentados da AMB. *Leia mais na página 5.* ●

“A reunião foi muito produtiva e sinalizou para a possibilidade de avanços em temas relevantes para a Magistratura”

Desembargador Alberto Diniz, presidente da Amagis

Amagis apoia fim do desconto previdenciário de aposentado

AMB também debateu assistência suplementar a pensionistas

O juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo, membro da Subcoordenação Regional dos Aposentados da AMB, representou a Amagis na reunião da Coordenadoria dos Aposentados da Associação nacional, realizada no dia 3 de maio, na qual foi discutida a PEC 555/2007, que prevê a extinção da contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados.

A Amagis defende o fim da contribuição, pois, assim como a AMB, entende que não há fundamento para a manutenção da obrigatoriedade do pagamento em relação aos aposentados e pensionistas, que já cumpriram com seus deveres perante a seguridade social.

No entendimento das Associações, com a atual legislação, aposentados e pensionistas recolhem contribuição previdenciária não prevista pelo Regime Geral, violando o princípio da igualdade e isonomia previsto na Constituição.



Juiz Cláudio Figueiredo participa da reunião da Coordenadoria dos Aposentados

No dia seguinte, 4 de maio, durante a reunião da Secretaria das Pensionistas, a AMB discutiu o programa de assistência de saúde suplementar. A presidente da Associação, juíza Renta Gil, determinou a criação de uma comissão para re-

alizar um levantamento a respeito do pagamento do benefício, em todo o País, e de possíveis ações que possam resultar em proposições que acelerem o direito às pensionistas.●

Com informações da AMB

Inscriva-se na lista de
WhatsApp ou **Telegram**
da Amagis para receber
informações exclusivas

Para se cadastrar, é necessário que o associado adicione aos contatos do seu celular o nº do WhatsApp da Amagis: **(31) 99881-4367** e envie uma mensagem solicitando a inclusão na lista.



AMAGIS
ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
MINEIROS



Secretaria de Segurança de MG apreciará projeto de juíza

Combate à violência contra mulher pode ser incluído no currículo

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp) apreciará o anteprojeto de lei da juíza Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima, da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte, que dispõe sobre a inclusão do combate à violência contra mulher nos currículos da rede de ensino estadual.

A proposta foi aprovada pelo Conselho Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas Gerais (CCPC), do qual fazem parte a desembargadora Márcia Milanez, o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, vice-presidente Administrativo da Amagis, e o juiz Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro, da Comarca de Uberlândia [Triângulo Mineiro], e, após a apreciação, poderá ser encaminhado para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Segundo a juíza Luziene Medeiros, o projeto tem como objetivo trabalhar no campo da prevenção, esclarecendo as crianças sobre o respeito ao gênero feminino,



Anteprojeto da juíza Luziene Medeiros foi aprovado pelo Conselho de Criminologia

contribuindo para desenvolver nelas um senso crítico sobre os males que a violência contra a mulher causa na família e na sociedade.

Na avaliação da magistrada, o projeto pode colaborar com a formação de cidadãos conscientes e contribuir com a estrutura familiar. “Acredito que a criança, que não conta com uma formação educacional humanística no seio de sua família, receberá na escola uma formação capaz de

influenciar, positivamente, no discernimento dela em relação ao que é certo e errado no contexto das diferenças de gênero e no dever de respeitar essas diferenças”, afirmou.

De acordo com o anteprojeto, caberá à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais promover o estudo pedagógico da matéria, selecionar e capacitar professores das áreas de psicologia, sociologia, assistência social ou direito para ensino

do conteúdo proposto.

Na proposta da magistrada, o conteúdo voltado ao combate da violência contra a mulher deve ser ministrado a alunos do 5º ao 8º ano do ensino fundamental. O anteprojeto também prevê que a matéria seja incluída nos currículos dos estabelecimentos prisionais e socioeducativos, e programas destinados à recuperação daqueles que praticaram violência familiar ou contra a mulher. ●

Sinal vermelho contra a violência doméstica

Juíza Maria Beatriz Fonseca da Costa
Biasutti Silva, da Comarca de Santa Luzia

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
TJMG Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
AMB Associação dos Magistrados Brasileiros
AMAGIS Associação dos Magistrados do Estado de Minas Gerais

Amagis apoia campanha contra violência infantil

Iniciativa da Amaerj tem a adesão da Magistratura mineira

“Proteger a criança e o adolescente é dever de todos e o Judiciário está engajado nesse papel”, afirmou o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, ao comentar o apoio da Associação à Campanha Contra a Violência Infantil, lançada pela Amaerj em 12 de abril.

Para o presidente da Amagis, infelizmente, a violência infantil é uma realidade no País e a campanha promovida pela Amaerj é extremamente importante para reforçar a necessidade de proteção das crianças. “A campanha divulga informações fundamentais no combate à violência infantil e enfatiza o papel de todos na proteção da criança”, afirmou.

A desembargadora Valéria Rodrigues, superintendente da Coordenadoria Judiciária da Infância e da Juventude do TJMG e coordenadora da Infância e da Juventude da AMB, aderiu à campanha e destacou que, conforme está previsto na Constituição Federal, é dever da família, do Estado e da sociedade cuidar e proteger a criança e o adolescente. “Não podemos permitir, em hipótese alguma, que crianças e adolescentes sejam vítimas de qualquer tipo de violência”, disse.

Na avaliação do juiz José Roberto Poiani, da Vara da Infância e Juventude de Uberlândia, a participação dos magistrados nesse movimento é fundamental. “Infelizmente, a criança tem sido vítima de agressões de todo tipo, especialmente nes-

TIAGO PARRELA



Dirigentes da Amagis e do TJMG incentivam a campanha “Faça o Bem #adote”

te momento de pandemia e, muitas vezes, elas não têm voz para denunciar”, comentou.

O presidente da Amaerj, Felipe Gonçalves, saudou o apoio que a Associação fluminense tem recebido. “São realmente importantes os engajamentos das Associações, seus presidentes e diretores. A campanha se espalha pelo País. Temos já computadas as adesões de cidadãos de diversas categorias profissionais, o que demonstra o inconformismo dos brasileiros com a nefasta prática da violência infantil”, afirmou.

A campanha está divulgando informações sobre sinais de que a criança pode estar sendo vítima de violência e orientações para recorrer às autoridades, como o programa Disque 100, do Ministério da Família e dos Direitos Humanos.

Em reunião no TJMG, no

dia 26 de maio, os dirigentes da Amagis reafirmaram seu apoio à campanha “Faça o Bem #adote”. A desembargadora Valéria Rodrigues, superintendente da Coordenadoria da In-

fância e Juventude (Coinj), agradeceu ao Tribunal e à Amagis pelo compromisso com a área da Infância e Juventude e entregou camisetinhas da campanha aos presentes no encontro.●



Alberto Diniz apoia a campanha contra a violência infantil

ESPECIALISTA EM LEILÕES JUDICIAIS



mgl.com.br

Contrate nossos serviços:

0800 242 2218

37 9 9827 5613

indicacao@mgl.com.br

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)



GRUPOCRÉDITO

Nossas especializações:

Administração Judicial/Falência

Inventariante Judicial

Avaliação de Imóveis

Depósito de Bens

Atuante em inúmeras cidades

Ricardo Cavalcante Motta



ARQUIVO PESSOAL

O Brasil ocupa a terceira posição mundial da violência no trânsito. Para tentar reverter esse quadro, ao longo dos anos, foram feitas várias alterações na legislação de trânsito, a mais recente no dia 12 de abril deste ano. Nesta entrevista, o juiz Ricardo Cavalcante Motta, da 1ª Vara Criminal Comarca de Uberaba (Triângulo Mineiro), fala sobre as principais mudanças e defende a educação da sociedade como medida para reduzir os acidentes.

Qual a eficácia das novas mudanças na Lei de Trânsito junto à sociedade?

A evolução da legislação de trânsito passa, simultaneamente, pela evolução da consciência da própria sociedade. Quando a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança teve início, foi uma dificuldade muito grande para que as pessoas utilizassem esse dispositivo. Hoje, vemos que as pessoas entram em seus veículos e colocam o cinto de segurança automaticamente. Portanto, precisamos compreender que a norma vai regulamentando conforme a sociedade vai evoluindo e amadurecendo nas suas ideias. Por essa razão, tenho a esperança de que as coisas possam melhorar com as mudanças trazidas com a nova Lei de Trânsito, em vigor desde o dia 12 de abril deste ano.

Quais foram as mudanças mais importantes trazidas com a nova lei?

Do ponto de vista jurídico, que é o nosso foco, as principais mudanças são as relacionadas a uma abordagem mais rigorosa ao homicídio culposo e lesões corporais culposas praticadas no trânsito. Essas, sim, terão efeito na esfera jurídica. Seja pelo acréscimo de penas ou pela proibição da substituição das penas privativas de liberdade por outras medidas restritivas de direito.

Como era para o julgador proferir as sentenças antes das mudanças na lei?

Sinceramente, era muito constrangedor assinar a sentença referente a uma ocorrência de trânsito e a sanção significar praticamente nada em relação ao fato. Era muito lamentável, em um acidente de ônibus, por exemplo, quando morriam várias pessoas, dar uma pena que chegava ao sursis e ninguém da sociedade compreendia qual a razão daquela decisão. A legislação guardava apenas julgamento do delito de trânsito no Código Penal, separando homicídio doloso de culposo, sem haver a legislação de trânsito específica.

Quais alternativas eram criadas para tentar impedir a impunidade?

Diante de situações mais extremas, certamente por boa índole, tentava-se aplicar o dolo eventual nos crimes de trânsito mais graves. Mas, no trânsito, há uma diferença entre culpa consciente e dolo eventual. O condutor do veículo, por exemplo, pode até cometer uma imprudência extrema ao ponto de ter consciência de que está praticando um ato culposo, mas ele não queria causar um acidente. Forçava-se o dolo eventual, que levaria ao julgamento pelo júri. Entretanto, tecnicamente, essa situação não se concretizava porque juridicamente não era o que a lei dizia. A legislação de trânsito foi evoluindo e passou a adotar a figura do homicídio culposo praticado no trânsito. Posteriormente, passamos a ter uma legislação própria. Mesmo assim, na prática, as substituições da pena resultavam em uma sanção que não correspondia à gravidade da situação e não atendia ao reclame da sociedade.

Além das sanções, qual a intenção da lei?

No período anterior, a sanção que sobrava ao motorista infrator era sua própria consciência. Esse peso íntimo dele não servia como exemplo para o seu redor social. A intenção da lei também é prevenir e principalmente educar. A cada dia, vemos mais pessoas que deixam de fazer o uso de bebidas alcoólicas e dirigir. Esse grupo vai aumentando e a cobrança sobre quem insiste no comportamento errado torna-se maior. Isso cria a força para que a legislação se imponha pela própria sociedade e pela prática inserida no seu contexto. ●

“Sinceramente, era muito constrangedor assinar a sentença referente a uma ocorrência de trânsito e a sanção significar praticamente nada em relação ao fato”

Consulta médica pela internet

A Amagis Saúde disponibiliza uma plataforma de consultas com médicos por meio da internet. Estão disponíveis diversas especialidades como Cardiologia, Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia, Neurologia, Ortopedia e Pediatria, entre outras, além de atendimento para casos suspeitos de Covid-19. *

**Acesse amagissaude.com.br
e marque sua consulta**



*A lista de especialidades pode ser modificada sem aviso prévio.

ATIVISMO JUDICIAL: O QUE VOCÊ PENSA?

A expressão ativismo judicial apareceu, pela primeira vez, em 1947, na revista americana *Fortune*

RAMOM TÁCIO DE OLIVEIRA*

Como resultado das pesquisas do meu doutoramento em Direito, tratei do ativismo judicial também em livro, que, para minha alegria, tornou-se fonte bibliográfica no doutorado da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Quando cuidei do ativismo judicial em livro, a obra veio a público com este nome: *Ativismo Judicial: multiplicidade de sentidos*. Vou, assim, discorrer sobre os porquês da multiplicidade de sentidos, não sem dizer que o ativismo judicial, por incompreensão de muitos, transporta sentido bem pejorativo.

Segundo a professora Vanice do Valle, a expressão ativismo judicial apareceu, pela primeira vez, em 1947, na revista americana *Fortune*, pelas mãos do jornalista Arthur Schelesinger Jr., num artigo denominado *The Supreme Court*.

Esse jornalista apontou os perfis dos nove juízes da Suprema Corte norte-americana, afirmando: Black, Douglas, Murphy e Rutlege eram ativistas; Frankfurter, Jackson e Burton eram campeões da autolimitação; Reed e Vinson, juízes de centros. Assim, conforme a tendência liberal ou conservadora do agir de cada juiz, ele era visto como ativista ou juiz de autocontenção.

A Corte de Warren, de viés político liberal, responsável pela expansão das liberdades civis nos EUA, ficou conhecida como ativista. A de Rhenquist, mesmo conservadora, mas fugindo dessa regra, recebeu o rótulo de ativista.

No Merriam-Webster's Dictionary of Law e Black's Law Dictionary, fonte de prestígio nos EUA, quando uma decisão judicial expande direitos individuais, ela é ativista; havendo prevalência das visões pessoais do magistrado sobre o significado das normas constitucionais, ela também é ativista.

O ativismo judicial é aceito, também, em decisão que nega direito. A Suprema Corte Americana, por exemplo, no caso *Dred Scott v. Sandford*, estabeleceu

que escravo não era sujeito de direitos. Existe, ainda, doutrina que distingue o ativismo judicial da judicialização.

Enumeram-se, abaixo, afirmações que procuram explicar o que seja ativismo judicial e contrapontos a essas afirmações.

1) É prática exercida para contestar atos de constitucionalidade sustentáveis em outros poderes. Ora, a correta compreensão de um texto, em face da Constituição, está ligada a problemas da interpretação em si. Assim, mesmo o juiz não sendo um criador livre, ele, ao interpretar, compreende em novo contexto, sem desprezar que palavras, embora possam ter sentidos aceitos, não são precisas. Desse modo, é natural que haja a presença de uma postura autolimitativa do juiz ou o reconhecimento de um direito aplicável às questões politicamente sensíveis.

2) Estratégia de não aplicação dos precedentes.

Na própria Common Law, decisões proferidas por órgãos de julgamento superiores só serão seguidas em casos idênticos. Assim, o precedente pode ser superado (*overruling*), se ele não guardar o seu caráter vinculante.

3) É conduta que permite aos juízes legislar, criando direito.

Kelsen, profundo positivista, dizia que não havia distinção qualitativa entre juiz e legislador. A distinção entre a atividade de ambos era quantitativa. Os dois criavam direito. Por outro lado, texto algum será repetível até para o seu próprio autor, de modo que nova leitura de um texto sempre será uma leitura diferente.

4) Afastamento dos cânones metodológicos de interpretação.

Ora, não existe consenso sobre métodos da interpretação constitucional. Por outro lado, o emprego do método, por si só, não possibilita o alcance da verdade, uma vez que o sujeito e o objeto, no fluxo do conhecimento, são inseparáveis.

5) Julgamento para alcançar resultado pré-determinado.

É uma ideia que não dispensa a

constatação empírica.

6) Juiz que decide de forma utilitária.

As Constituições atuais, em maior parte, são dirigentes. Políticas viram princípios, existindo, portanto, nelas, um forte conteúdo valorativo para interpretações, algo que faz o Judiciário ser mais atuante.

7) Expansão de direitos fundamentais. Quando existe um modo específico e proativo de interpretação da Constituição, com expansão do seu sentido e alcance, haverá ativismo.

8) Se, entre várias soluções possíveis, a escolha do juiz é feita para acelerar a mudança social ou travá-la, haverá ativismo.

9) O ativismo é a vulgata da judicialização e isso se dá quando o juiz substitui os juízos políticos e morais pelos seus juízos, a partir de sua subjetividade.

A judicialização decorre de (in) competência para prática de um determinado ato [v. g., políticas públicas]. Seja como for, decisões que envolvam questões de larga repercussão, política ou social, próprias de instâncias políticas tradicionais, não representam ativismo.

10) O ativismo judicial é algo para compensar a falta da racionalidade da práxis política, e atenuar o hiato entre o ideal político e a realidade constitucional, ocorrendo, ainda, no preenchimento do vácuo deixado pela renúncia do legislador de seu papel político próprio.

O assunto, portanto, é muito fértil. Cabe, porém, advertir que nossas divergências sobre o conteúdo de algo só serão autênticas se compartilharmos um mesmo conceito sobre esse algo. Em face disso, não podemos simplesmente dizer: houve bom ou houve mau ativismo.

De todo modo, diante da tensão que se vive entre constitucionalismo e democracia; entre promessas da Constituição e concretização dos direitos prometidos por ela, a manifestação de direito pelos juízes, visando concretizar direitos fundamentais, para aprimoramento dos sentidos da democracia e do constitucionalismo, não pode ser desprezada, independentemente do rótulo que se dê a ela, pois, decidir pretensões a partir do direito não viola as fronteiras da adjudicação [funções do Legislativo e do Executivo].●

[*] *Desembargador do TJMG, doutor em direito e prof. universitário*

Ejef debate autofiscalização da unidade jurisdicional

Palestra abordou aspectos relevantes do trabalho na secretaria

A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), do TJMG, promoveu, no dia 17 de maio, a palestra “Aspectos da Gestão das Atividades de Autofiscalização da Unidade Jurisdicional”, transmitida pela internet.

A palestra foi proferida pelo juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, Leopoldo Mameluque. Além disso, houve um debate com os juízes auxiliares Adriano Zocche e Carlos Márcio de Souza Macedo, que foi mediado pelo juiz auxiliar Eduardo Gomes dos Reis.

De acordo com o palestrante, para uma fiscalização, é importante ficar atento a aspectos relevantes como a troca de informações na secretaria, o acesso diário aos meios eletrônicos e observar as instruções de padronização do trabalho. A palestra foi aberta pelo 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Tiago



Palestra da Ejef foi transmitida pela internet

Pinto, e conduzida pelo corregedor-geral de justiça, desembargador Agostinho Gomes de Azevedo. O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, e

o 1º vice-presidente do TJMG, desembargador José Flávio de Almeida, também participaram do evento.●

Com informações do TJMG

TJMG tem novo desembargador

Habib Jabour compõe a 18ª Câmara Cível do Tribunal

O magistrado Habib Felipe Jabour tomou posse, no dia 13 de maio, no cargo de desembargador do TJMG, em ato realizado no gabinete do presidente do Tribunal, desembargador Gilson Soares Lemes, do qual participou o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz.

Na ocasião, o presidente da Associação afirmou que o Tribunal recebe um grande reforço com a competência e o comprometimento do novo desembargador com as causas da Justiça. O presidente do TJMG destacou a trajetória Habib Jabour e disse que o magistrado irá agregar ainda mais valor à Corte mineira.

Segundo o novo desembargador, a posse na nova

função é fruto de uma longa jornada no Judiciário mineiro, iniciada em 1998. “É uma honra chegar ao Tribunal de Justiça. Agradeço, primeiramente, a Deus, que me possibilitou essa grande alegria e me deu força durante toda a minha jornada, e aos meus familiares, amigos e todos aqueles que estiveram comigo”, afirmou.

CONVOCADOS

No dia 10 de maio, a juíza Âmalin Aziz Sant’ana entrou em exercício como desembargadora convocada do TJMG. A magistrada voltou a integrar a 4ª Câmara Criminal, ocupando a vaga do desembargador Júlio Cezar Gutierrez, que agora compõe a 6ª Câmara Cível. Em

AMAGIS



Alberto Diniz, Gilson Lemes e Habib Jabour

março de 2020, a juíza Âmalin já havia atuado na 4ª Câmara Criminal, por convocação.

Uma semana depois, em 17 de maio, foi a vez do juiz Marcelo Pereira da Silva entrar em exercício para atuar

como desembargador convocado na 12ª Câmara Cível do TJMG. O magistrado assumiu a vaga, na Câmara Cível, do desembargador José Flávio de Almeida, 1º vice-presidente do TJMG.●

Vice-presidente da Amagis toma posse no CNPCP

Designação irá também dar destaque nacional às Apacs de Minas

O juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, vice-presidente Administrativo da Amagis, tomou posse, no dia 20 de maio, para compor o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) do Ministério da Justiça.

Com mais de 20 anos de Magistratura, Rezende e Santos é titular da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte, membro do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais e coordenador-executivo das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs), do Programa Novos Rumos na Execução Penal do TJMG.

Ao comentar a designação, Rezende e Santos afirmou que se trata do reconhecimento ao trabalho árduo desenvolvido pelos juízes mineiros e dos projetos de execução penal de Minas Gerais. O magistrado agradeceu ao desembargador Nelson Missias, que, segundo ele, sempre defendeu a participação de juízes mineiros no CNPCP, e à advogada Cíntia Rangel Assumpção, Ouvidora Nacional dos Serviços Penais, sensível às novas políticas criminais e às práticas desenvolvidas pelo Judiciário mineiro. ●

ERIC BEZERRA/TJMG



Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Cartilha de Integridade orienta licitantes sobre boas práticas

Documento foi lançado durante seminário promovido pelo TJMG

Durante a I Semana da Integridade, promovida pelo TJMG, dos dias 3 a 6 de maio, que discutiu o compliance e ações para manter o Tribunal em conformidade com as leis e a ética, foi lançada a Cartilha de Integridade para Licitantes e Contratados do TJ.

O documento foi apresentado pela juíza Rosimere do Couto, vice-presidente de Saúde da Amagis e juíza auxiliar da Presidência do TJMG, que destacou a importância da cartilha para o aprimoramento do Programa de Integridade lançado pelo Tribunal em 2020. "A Cartilha de Integridade reúne informações que proporcionarão trans-

parência e segurança para todos os envolvidos nos processos negociais", afirmou a magistrada.

A cartilha reúne, entre outras, orientações sobre condutas, atividades político-partidárias, guarda de documentos, confidencialidade, conflitos de interesse, dados pessoais, patrimônio e premissas do relacionamento do TJMG com os licitantes e contratados.

PROGRAMAÇÃO

A palestra inaugural da semana foi proferida pelo ministro Antonio Saldanha Palheiro, do Superior Tribunal de Justiça, sobre a "A Importância da Inte-

RIVA MOREIRA/TJMG



Tatiana Camarão e a juíza Rosimere do Couto

gridade no Poder Judiciário". A abertura das atividades, da qual participou o vice-presidente Administrativo da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, representado a Associação, foi feita pelo presidente do TJMG, desembargador

Gilson Soares Lemes.

A palestra de encerramento foi realizada pelo ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, com o tema "Governança na Administração Pública". ●

Com informações do TJMG

Jornal DECISÃO inova mais uma vez e ganha interatividade

Publicação promove integração com mídias da Associação

Com o propósito de ampliar o acesso às notícias da Amagis, a versão digital do jornal DECISÃO ganhou interatividade com a inclusão de links que direcionam os leitores para conteúdos publicados nos sites amagis.com.br e amagissaude.com.br, e redes sociais da Associação.

A iniciativa faz parte da estratégia do Departamento de Comunicação da Amagis, que, por meio da integração de mídias, atua para possibilitar aos magistrados uma visão mais ampla do trabalho desenvolvido pela Associação, seja facilitando o acesso a documentos, notas, vídeos e serviços oferecidos à classe. A versão impressa do jornal também promove essa interação com a publicação de QR Codes, que podem ser escaneados por meio de aplicativos de celular.

Publicado mensalmente, o jornal DECISÃO traz um conteúdo contextualizado, no qual é consolidado de maneira aprofundada o trabalho da Amagis em defesa da classe. No periódico, também são divulgados artigos de opinião, entrevistas e matérias sobre iniciativas de juizes em suas comarcas. Essas notícias permitem aos magistrados conhecer melhor aqueles que compõem sua própria classe. O jornal, portanto, é um instrumento dedicado também à integração da Magistratura mineira.

Para receber a versão online do DECISÃO, envie uma mensagem para o número [31] 99881-4367, pelos aplicativos Whatsapp ou Telegram, solicitando inscrição na lista de transmissão da Amagis. Além do jornal, o associado receberá notícias e informações de interesse da classe, produzidas diariamente pelo Departamento de Comunicação. ●

BOLETIM COVID
Amagis Saúde

Pesquisa reforça importância do uso de máscaras

O artigo publicado em abril, pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), agência de saúde pública dos Estados Unidos, concluindo que a infecção por Covid-19 pelo contato com superfície contaminada é mais baixa em comparação à transmissão aérea, reforçou a importância do uso de máscaras. A proteção para o rosto mais indicada é a N95, que se encaixa melhor no rosto e pode filtrar até 95% de pequenas partículas. A máscara de tecido tem filtragem variável e sua produção não é supervisionada por nenhum órgão regulatório.

CoronaVac é eficaz contra variantes P.1 e P.2

A vacina contra a Covid-19 CoronaVac, produzida pelo Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac, provou-se eficaz contra a mutação D614G do vírus SARS-CoV-2, que predomina atualmente no mundo e é comum às linhagens B.1.1.28 (da qual derivam as variantes P.1, amazônica, e P.2, surgida no Rio de Janeiro) e B.1.1.33 (da qual deriva a variante N9, descoberta no Brasil recentemente).

Como é definida a divulgação de casos suspeitos?

Por meio da Notificação Compulsória do Sistema de Informação. Todo caso considerado suspeito é enviado para o CIEVS MINAS, onde o COES, equipe do Boletim, coleta os dados apurados e emite o boletim. Caso suspeito é todo indivíduo com quadro respiratório agudo, notificado pelo serviço de saúde com suspeita de infecção humana pelo SARS-CoV-2, doença da Coronavírus.

Fonte: Secretaria de Saúde/MG

CLIQUE NO BOTÃO AO LADO E ACESSE TODOS OS BOLETINS COVID-19 DA AMAGIS SAÚDE.

BOLETINS

Links para o site da Amagis foram incluídos no DECISÃO digital

Convênios

Acesse a área de convênios no site da Amagis e economize tempo e dinheiro

Em www.amagis.com.br, vá até a seção "Institucional" e clique em "Convênios"

PENSAMENTO JURÍDICO

Exploração sexual infantil

Levantamento da ONG Childhood Brasil, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), revelou que Minas Gerais tem 351 pontos vulneráveis para a exploração sexual infantil nas rodovias federais, registrando aumento de 90% nos últimos dois anos. A desembargadora Valéria Rodrigues, superintendente da Coinj do TJMG e integrante do Fórum Nacional da Infância e da Juventude do CNJ, comentou essa triste realidade. [foto]



Nova Lei de Trânsito

O Brasil ocupa a terceira posição mundial na violência no trânsito, com mais de 400 mil pessoas mutiladas e mais de 40 mil que perdem suas vidas todos os anos, vítimas de acidentes. Para o juiz Ricardo Cavalcante Motta, da 1ª Vara Criminal Comarca de Uberaba [Triângulo Mineiro], as mudanças na lei podem influenciar no comportamento da sociedade e ajudar a reduzir essa tragédia.

Amagis Saúde 45 anos

Pesquisa de satisfação demonstrou que Amagis Saúde chegou aos seus 45 anos, celebrados em abril, com aprovação de quase 100% da Magistratura mineira. O presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz, falou ao Pensamento Jurídico sobre a profissionalização da Amagis Saúde, que garantiu ao plano sua consolidação e o reconhecimento da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Comarcas contra a fome

Comarcas mineiras se uniram a outras instituições para arrecadar e doar alimentos para famílias atingidas social e economicamente pela pandemia da Covid-19. As juízas Maria Clara Silva, diretora do Fórum de Guanhães [Leste do Estado], e Elaine de Almeida Lopes Jardim, diretora do Fórum de Borda da Mata [Sul de Minas], falaram sobre as ações solidárias em suas comarcas.

[Assista ao Pensamento Jurídico no Canal da Amagis no YouTube e nas redes sociais e site da Associação](#)

VIA JUSTIÇA

Constelação Sistêmica

O TJMG regulamentou o uso das Constelações Sistêmicas nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania [Cejusc] e as iniciativas que envolvem a Justiça Restaurativa. O juiz Clayton Rosa de Resende, coordenador do Cejusc de BH, e a consteladora sistêmica, Andréa Evaristo da Rocha, discutiram o Direito Sistêmico e como ele pode ser aplicado. [Foto]



Recuperação Judicial

Os pedidos de recuperação judicial no Brasil aumentaram 83% entre janeiro e fevereiro deste ano, segundo a Serasa Experian. Em dezembro de 2020, foi sancionada a Lei de Recuperação Judicial e Falências. A juíza Cláudia Helena Batista, da 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte, e o juiz Daniel Carnio Costa, da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, do TJSP, falaram sobre o assunto.

Violência infantil

Estudo da Unicef [Fundo das Nações Unidas para Infância] demonstrou que metade das crianças do mundo, mais de 1 bilhão, sofrem algum tipo de violência. No Brasil, esse quadro não é diferente. A juíza Marixa Rodrigues, da Vara Especializada de Crimes contra Criança e Adolescente de Belo Horizonte, e Camila Félix, advogada criminalista, debateram esse tema sob a ótica jurídica.

Violência contra Mulher

Anteprojeto de Lei aprovado pelo Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais [CCPC-MG] propõe a inclusão da prevenção à violência contra a mulher no ensino escolar. Participaram do programa a juíza Luziene Medeiros, conselheira do CCPC-MG e autora do anteprojeto, e a deputada estadual Ana Paula Siqueira, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG.

[TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h \[Canais 11, 61.2 ou 35\]](#)

CURADORIA



**JUÍZA MARIA
APARECIDA
CONSENTINO**



O SORRISO DE MONALISA

“O papel principal é interpretado por Julia Roberts, que se forma na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e vai assumir a função de professora de artes em uma escola tradicionalista, feminina, na década de 1950. A partir de suas aulas, aquelas meninas que eram criadas para serem esposas, para o casamento, começam a mudar. É bem encantador e lindo o filme. Os diálogos são impressionantes”. O filme é de 2003, dirigido Mike Newell, tem 1h59 de duração, e também tem no elenco as atrizes Kirsten Dunst, Julia Stiles e Maggie Gyllenhaal.

RENATA CALDEIRA/TJMG



**JUÍZA FLÁVIA
LANARI**



TUDO É RIO

“Sugiro a leitura de ‘Tudo é rio’, de Carla Madeira. Um dos livros mais lindos que li nos últimos anos. Forte e verdadeiro. Mordaz.

‘Tudo é rio’, porque a existência humana é dinâmica, por vezes poética, muitas vezes dura.

O romance narra a história de Dalva e Venâncio, que se entrelaça com a da prostituta Lucy, e flui em direção à redenção e ao perdão. Em uma escrita primorosa, a autora nos brinda com belas lições de vida.”

O livro Tudo é Rio está disponível para compras no formato impreso ou e-book.

BAÚ DE ACORDES

História Social do Jazz



REPRODUÇÃO

Tiago Parrela - O historiador e intelectual Eric Hobsbawm registrou, em sua pesquisa, a “História Social do Jazz”, depois de visitar os EUA pela 1ª vez, em 1960, quando “achou as noites curtas demais para se ouvir tudo o que podia ser escutado”.

Segundo o autor, a motivação inicial foi a de examinar o jazz, um dos fenômenos mais significativos da cultura mundial do século XX, a partir de um ponto de vista histórico, examinando suas raízes sociais e culturais, analisando sua estrutura econômica, seu corpo de músicos [contextualizando a formação do artista de jazz], a natureza de seus ouvintes e apreciadores e sua ex-

pansão internacional.

Hobsbawm diz que o jazz é um evento que acontece quando a música popular não sucumbe, mas se mantém viva no ambiente da civilização urbana e industrial. Outro ponto destacado é o de que o apelo desse gênero musical sempre aconteceu em função de sua capacidade de fornecer aquilo que a música pop comercial elimina de seu produto.

O jazz conquistou seu espaço como música que as pessoas fazem e de que participam ativa e socialmente, e não como uma música de aceitação pacífica; como uma arte dura e realista, e não como divagação sentimental; como uma música não co-

mercial, e acima de tudo, como música de protesto.

Um dos grandes músicos de jazz, e figura importante em sua preservação e transformação, o saxofonista Charlie Parker observou o fundamento primordial do jazz no final de sua vida: “É uma pena ver que muitos jovens músicos que estão começando a aparecer não conhecem ou se esqueceram dos seus fundamentos: o blues!”. Ainda conta o historiador que os músicos de jazz vivem repetindo a mesma essência: “O blues tem de estar lá o tempo todo: é como você se sente”.

O autor foi além dos clichês e melodramas. ●

Coral da Amagis mantém atividades na pandemia

Conjunto realiza ensaios online e recebe novos integrantes

Mesmo com a necessidade do isolamento social, em função da pandemia da Covid-19, o Coral da Amagis tem realizado suas atividades regularmente. Mostra disso foi a participação, em 14 de maio, no VII Encontro de Corais da Paróquia São Mateus (edição virtual), na cidade de Juiz de Fora (Zona da Mata).

O conjunto apresentou a música "Edelweiss", espécie de flor também chamada de pé-de-leão, da família das margaridas, encontrada em regiões de grandes altitudes como os Alpes, na Europa. A canção faz parte da trilha sonora do filme A Noviça Rebelde.

Na gravação, o Coral da Amagis fez um paralelo com as flores sempre-vivas, da Serra do Espinhaço (Minas Gerais e Bahia), a fim de valorizar o trabalho dos apanhadores da planta, cuja tradição é reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

REPRODUÇÃO



Coral da Amagis fez paralelo com as flores sempre-vivas da Serra do Espinhaço

Com ensaios realizados on-line, às 19h das terças-feiras para as mulheres e às quartas-feiras para os homens, no mesmo horário, o conjunto prepara-se para gravar a música Vira Virou, dos irmãos gaúchos Kleiton e Kledir.

Os interessados em

participar do coral devem manifestando seu interesse no campo de e-mail para as-hingridholl@hotmail.com, assunto da mensagem.●

VEJA O VÍDEO DO CORAL
ESCANEANDO O QR CODE
AO LADO



CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

● Gestão de Documentos Pessoais

Carga horária: 2h/a

Inscrições: até 14 de junho

Período: disponível até 28 de junho

Modalidade: EaD

Organizadora: Ejef

● Caminhos na adoção: encontros e desencontros entre crianças, adolescentes, famílias e profissionais da área (Palestra)

Carga horária: 2h/a

Inscrições: até 17 de junho

Período: disponível até 24 de junho

Modalidade: EaD

Organizadora: Ejef

● Cultura de inovação transformação digital e tecnologia aplicada ao direito

Carga horária: 20h/a

Inscrições: até 20 de julho

Período: 3 a 17 de agosto

Modalidade: EaD

Organizadora: ENM

● Direito Militar

Carga horária: 30h/a

Inscrições: até 1º de agosto

Período: 17 a 31 de agosto

Modalidade: EaD

Organizadora: ENM

● Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e seus principais desafios à tutela jurisdicional

Carga horária: 20h/a

Inscrições: 2 de julho a 20 de agosto

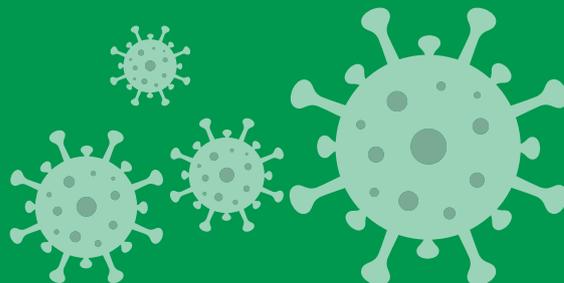
Período: 8 a 22 de setembro

Modalidade: EaD

Organizadora: ENM

BOLETIM COVID

Amagis Saúde



Uso de máscaras por crianças exige cuidado

Com o retorno às aulas presenciais, é preciso estar atento aos cuidados com as crianças para evitar o contágio pela Covid-19. A Sociedade Brasileira de Pediatria (SPB) recomenda que, quando necessário, o uso de máscaras deve ser feito somente por crianças a partir de dois anos.

De acordo com a SPB, crianças menores de dois anos não devem usar máscaras, pois a salivagem intensa, vias aéreas de pequeno calibre e imaturidade motora levam ao risco de sufocamento. Nas crianças entre dois e cinco anos, é necessário supervisionar o uso da máscara constantemente.

Nas crianças de seis a dez anos, a SPB recomenda que a supervisão seja feita, mas observa que nessa idade ela já pode auxiliar no uso da máscara. Já com relação a meninos que tenham por volta de 12 anos, a instituição considera que elas têm capacidade de compreender as instruções de manuseio do artefato.

RECOMENDAÇÕES:

- Adquirir máscaras de acordo com o tamanho do rosto da criança ou adolescente e certificar que está confortável;
- Lavar com água e sabão abundantes e/ou deixar de molho em solução de água sanitária [1 colher de sopa para 500ml de água] por 30 minutos;
- Após a secagem, passar ferro quente, de ambos os lados, armazenando em saco plástico limpo;
- As crianças vão aprender mais facilmente com a repetição e com ensinamentos e exemplos fornecidos de forma alegre e natural. Tenha paciência para ensiná-las a usar as máscaras;
- Crianças podem se beneficiar do uso de uma máscara em ambientes em que encontrem outras pessoas a menos de 2 metros de distância;
- Ensinar as crianças a tossir e espirrar em um lenço de papel ou no braço e cotovelo, nunca nas mãos.

Fonte: Sociedade Brasileira de Pediatria

DEPOSITPHOTOS



Quem toma imunossupressores ou tem doenças que baixam imunidade pode tomar vacina?

Sim. Inclusive pessoas que tomam corticoide, antibiótico e fazem quimioterapia. Todas as pessoas com HIV, asma, doença autoimune, doenças pulmonares, cirrose, diabetes, pressão alta, doenças do coração, câncer, transplantados e com epilepsia também podem tomar a vacina.

Importante: na dúvida, converse com seu médico.

Fonte: Hospital Sírio Libanês

ESCANEE O QR CODE AO LADO E ACESSE TODOS OS BOLETINS COVID-19 DA AMAGIS SAÚDE.



Live aborda cuidados com a saúde mental na pandemia

Psiquiatra do Amor à Vida falou sobre a prevenção no dia a dia

Com o intuito de orientar seus associados sobre os cuidados com a saúde mental na pandemia, a Amagis e Amagis Saúde realizaram, no dia 18 de maio, a live “A pandemia e seus impactos na vida pessoal e profissional: o que podemos fazer para minimizá-los”. A palestra virtual foi do psiquiatra Octávio Saliba, que atende pelo programa Amor à Vida.

Na abertura da transmissão, Saliba fez um breve histórico do surgimento do Sars-CoV-2, nome científico do vírus causador da Covid-19, e chamou a atenção para o fato de que muitas dúvidas sobre a doença persistem, ao mesmo tempo em que novas questões são levantadas, como, por exemplo, a respeito do surgimento de novas variantes do vírus.

Diante desse quadro, o especialista observou que, geralmente, as pessoas não lidam bem com a ambiguidade e a incerteza. De acordo com ele, o medo e a falta de controle da autonomia pelos indivíduos podem funcionar como um mecanismo de sobrevivência, na medida em que envolva processos biológicos de preparação para respostas e ameaças no ambiente.

Por outro lado, Saliba alertou que, quando uma situação como essa se prolonga, como no contexto da pandemia do coronavírus, o medo pode se tornar desproporcional e crônico, tendo o potencial de causar distúrbios emocionais capazes de causar o adoecimento físico e mental das pessoas.

Para evitar todo esse estresse e impedir o adoecimento, o psiquiatra



Psiquiatra Octávio Saliba e o jornalista e mediador Orion Teixeira

deu algumas orientações para o dia a dia, seja no convívio familiar, no trabalho remoto e atividades físicas.

Com relação ao convívio familiar, Saliba disse que é importante estabelecer limites precisos dentro de casa, definindo áreas de uso individual, como o local de trabalho, e espaços de uso coletivo, como sala de estar e de televisão. “Isso pode reduzir os atritos que acontecem quando ficamos confinados por longo tempo no mesmo local”, comentou.

O profissional também recomendou que a rotina (estudos, trabalho, lazer e atividades físicas) seja planejada de acordo com a nova realidade. Saliba disse ainda que, mesmo por ligação telefônica ou pela internet, o contato com familiares e amigos deve ser feito regularmente, pois ajuda a diminuir o sentimento de solidão causado pelo isolamento físico.

Com relação ao trabalho, o espe-

cialista recomendou que as pessoas desenvolvam suas tarefas em um espaço adequado, observando se o local é silencioso, claro e ventilado, além do cuidado com a ergonomia, que pode, por exemplo, evitar dores musculares.

“Crie uma rotina. Ela é essencial para sermos produtivos. Na pandemia, tentar continuar com uma rotina regular traz um senso de normalidade no dia a dia e ajuda a não precisar trabalhar em horas impróprias”, afirmou o médico. *Veja nas páginas 20 e 21 as principais orientações dadas pelo psiquiatra na live.* ●

ESCANEE O
QR CODE AO
LADO VEJA O
VÍDEO DA LIVE



Organize sua rotina na pandemia e tenha qualidade de vida

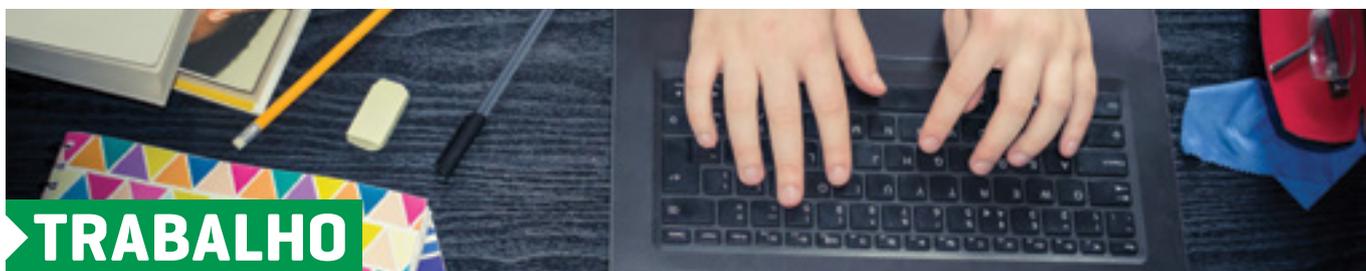
Orientações do psiquiatra viraram cartilha feita pela Amagis

Durante a live “A pandemia e seus impactos na vida pessoal e profissional: o que podemos fazer para minimizá-los” promovida pela Amagis e Amagis Saúde, no dia 18 de maio, o psiquiatra Octávio Saliba, que atende pelo programa Amor à Vida, do plano de saúde da Magistratura mineira, deu várias orientações de bons hábitos que ajudam a manter a qualidade de vida nesse período de isolamento social, restrições e cuidados. Saiba mais a seguir.



DIA A DIA

- Na pandemia, a nossa rotina foi quebrada e é importante um planejamento para todas as atividades: para o estudo, trabalho, lazer, atividade física e para o engajamento em contatos sociais.
- É importante manter o contato com os amigos, familiares, conhecidos, por telefone ou pela internet. Isso irá melhorar o sentimento de isolamento e solidão causado pela pandemia.
- Estabeleça limites precisos em casa, com áreas para o uso individual (local de trabalho) e o uso coletivo (áreas comuns). Isso pode reduzir os atritos que acontecem quando ficamos confinados por longo tempo no mesmo local.
- Evite exposição excessiva aos noticiários relativos à pandemia (número de mortos, contaminados). Procure fontes confiáveis de informação. Se informe apenas uma vez ao dia, sempre focando nas informações que podem lhe ser úteis. Exemplo: data e local de vacinação etc.
- Regule seu tempo de exposição às telas do computador, da TV, dos videogames e smartphones.
- Cuidado com as compras on-line. Isso pode causar dificuldades financeiras.



TRABALHO

- Tenha um local adequado de trabalho, o mais parecido com aquele que você estava acostumado anteriormente. O local de trabalho deve ser ergonômico, silencioso, claro e ventilado. Uma cadeira confortável irá evitar dores musculares. É essencial uma boa conexão de internet.
- Evite trabalhar no quarto. Estudos mostraram que trabalhar no quarto predispõe ao risco de insônia.
- As crianças devem ser orientadas que existe um local demarcado para o trabalho, que precisa ser respeitado.
- É preciso que uma outra pessoa cuide das crianças enquanto você trabalha. É difícil reduzir as distrações com elas por perto, gerando atritos.
- Evite as interrupções, somente se for essencial.
- Quando a mãe trabalha, deve ser discutido com outros membros da família uma divisão de tarefas para evitar a sobrecarga, pois ela terá que trabalhar, cuidar da casa e dos filhos.
- Crie uma rotina. Ela é essencial para sermos produtivos. Na pandemia, tentar continuar com uma rotina regular traz um senso de normalidade no dia e ajuda a não precisar trabalhar em horas impróprias.
- Seja organizado em seu trabalho. Estabeleça metas claras daquilo que tem que ser feito no dia e faça uma outra lista para o que necessita ser feito durante a semana.
- Não pare de trabalhar enquanto você não terminar a tarefa que está fazendo. Faça primeiro as atividades que são obrigatórias e que têm prazo definido, depois faça as outras de seu interesse.
- Faça o essencial. Não marque muitos encontros com colegas, lives e reuniões.
- Evite as multitarefas. Isso lhe predispõe a cometer erros.

- Tente reduzir as distrações, evite os telefonemas, barulho da televisão e música alta.
- Com relação à internet, uma conexão que não funciona bem vai atrapalhar o seu desempenho, vai aumentar o tempo gasto para realizar o trabalho e lhe causar ansiedade e irritabilidade. Portanto, é essencial ter uma boa conexão de internet para o trabalho remoto.
- Quando estiver trabalhando, coloque o celular no silencioso. Não fique a todo momento checando mensagens recebidas por e-mail, WhatsApp e noticiários de TV. Isso tem um impacto negativo no seu bem-estar.
- No tempo livre, feche o computador e saia do seu local de trabalho.



ALIMENTAÇÃO E ATIVIDADE FÍSICA

- Na pandemia, houve uma redução intensa das atividades físicas, pela quebra da rotina e por ter que ficar em casa. Procure manter uma atividade física regular. Quanto mais as pessoas se telecomunicam, menos elas se exercitam fisicamente.
- A atividade física regular lhe trará uma sensação de bem-estar com a liberação de endorfina, e irá melhorar o seu sono, sua imunidade, seu humor e diminuir a ansiedade.
- Tenha cuidado com a sua alimentação. Procure se alimentar nas horas certas, com uma alimentação saudável e balanceada.
- Com o nível de frustração muito elevado na pandemia, é frequente a busca por gratificação emocional através do consumo de alimentos calóricos, doces, chocolates. Isso tem levado a um ganho de peso generalizado.
- Evite o uso de álcool e estimulantes. Os psicofármacos devem ser usados sob orientação médica.



SONO

- Procure dormir e acordar na mesma hora e com a quantidade necessária de horas. Durma no horário adequado para o bom funcionamento do cérebro e do corpo. Evite dormir tarde e acordar tarde ou trocar o dia pela noite. Isso desregula o seu relógio biológico e irá lhe prejudicar.
- As pessoas cujos horários de sono contrariam a natureza têm problemas constantes, mesmo que durmam muito durante o dia. A falta do sono prejudica nosso controle emocional e atrapalha nosso pensamento executivo, que é nossa capacidade de planejar, decidir e escolher.
- Às 21 horas, nosso relógio biológico manda uma mensagem para a glândula pineal iniciar a secreção de um hormônio chamado melatonina, que vai causar sonolência e facilitar o sono. Às 7h da manhã, o processo é invertido e a secreção de melatonina é interrompida para podermos acordar.
- Todo o nosso ciclo fisiológico diário obedece ao nosso relógio biológico. Ele está localizado nas profundezas do cérebro e em várias células do corpo e acompanha o movimento de rotação da terra com duração de 24 horas. Ele regula o nosso ciclo sono-vigília, nosso metabolismo, os níveis hormonais, nossa temperatura corporal e nossa pressão arterial etc.
- Às 2h da manhã, temos o nível máximo de secreção do hormônio de crescimento. Às 4h da manhã, nossa temperatura corporal e respiração estão no nível mínimo.
- Quando clareia o dia, a luz matinal estimula a nossa retina, que envia uma mensagem para uma parte do nosso relógio biológico, próximo aos nervos ópticos, para interromper a secreção de melatonina, para acordarmos. Em seguida, uma dose maciça de cortisol é secretada para nos preparar para o dia.
- O sono também é um importante regulador do nosso peso corporal. O sono insuficiente desregula os níveis dos hormônios reguladores do apetite e pode provocar o excessivo ganho de peso e dificultar a sua perda.
- O estresse desregula esse relógio biológico.
- Uma pesquisa mostrou que as pessoas que dormem menos de cinco horas por noite têm diferenças significativas dos hormônios do apetite, comparadas àquelas que dormem mais de oito horas.
- Dormir pouco estimula a produção de grelina e esse hormônio estimula o apetite. Pouco sono também diminui a produção de leptina e informa ao cérebro que ele está com carência nutricional e que necessita estimular o apetite. Isso pode provocar ganho de peso.
- Dormir sete horas por noite está associado a menor risco de mortalidade. Pessoas que dormem muito pouco, quatro horas por exemplo, têm maior risco de morte prematura.

Amagis se reúne com nova diretoria do Lifecenter

Hospital foi comprado pelo Grupo NotreDame Intermédica

As diretorias da Amagis e Amagis Saúde reuniram-se, no dia 26 de maio, com a nova diretoria dos Hospital Lifecenter, em Belo Horizonte, comprado pelo Grupo NotreDame Intermédica (GNDI), operadora de saúde com 50 anos de história e atuação em todo o País, que busca se expandir por Minas Gerais.

O presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz, apresentou o plano à nova direção do Lifecenter, hospital credenciado pela Amagis Saúde para atender seus beneficiários. “Em seus 45 anos, a Amagis Saúde sempre manteve um bom relacionamento com seus parceiros, valorizando a qualidade do atendimento oferecido aos magistrados e seus familiares”, comentou Alberto Diniz.

O diretor da regional Minas Gerais do GNDI, Luiz Henrique de Souza e Silva, reafirmou a importância da Amagis Saúde para o Lifecenter e destacou a importância do plano para todo o NotreDame Intermédica. Silva afirmou



Representantes do Lifecenter reafirmaram compromisso com a Amagis Saúde

que a nova gestão do hospital vai trabalhar para oferecer um atendimento cada vez mais qualificado para a Magistratura mineira.

Além deles, participaram da reunião, a vice-presidente de Saúde, juíza Rosi-

mere do Couto, o diretor de Saúde, desembargador Edison Feital, a gerente de Saúde da Amagis, Marina Shizuko, a gerente comercial do Lifecenter, Josiane Almeida, e a coordenadora comercial do Hospital Lifecenter, Renata Carrato. ●

Programa
Check-up

Uma série completa de exames para os usuários da Amagis Saúde.

Tudo fácil, rápido e gratuito no mês de seu aniversário.

Saiba mais em:
www.amagissaude.com.br

Alberto Diniz, presidente da Amagis



Nos 45 anos da Amagis Saúde, pesquisa de satisfação revelou que quase 100% dos usuários aprovam o plano. De acordo com o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, entre os segredos desse sucesso, estão uma gestão profissional e otimizada e a dedicação exclusiva à promoção da saúde dos magistrados mineiros e seus familiares.

Qual o segredo para a Amagis Saúde manter sua alta aprovação nesses 45 anos?

A Amagis Saúde foi criada em 1976, na gestão do desembargador Erotides Diniz, inicialmente como Departamento Médico, Odontológico e Hospitalar, dando o pontapé inicial nessa grande e exitosa história. Ao longo desses 45 anos, muitos dirigentes associativos e magistrados se envolveram nesse projeto. Portanto, o envolvimento da classe é um dos segredos do nosso plano. O sucesso da Amagis Saúde também pode ser atribuído ao fato de que, durante todos esses anos, a Associação trabalha com a atenção voltada exclusivamente para a promoção da saúde dos magistrados da ativa, aposentados, pensionistas e seus familiares.

Qual o desafio para alcançar a excelência do plano?

Uma das formas de atingirmos a excelência em autogestão é termos uma atuação extremamente profissional e otimizada. Esse trabalho nos dá suporte e tranquilidade para que o plano cresça a cada dia, obtendo o reconhecimento da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Essa aprovação dá mais confiança aos nossos associados e parceiros, como redes de hospitais, clínicas e médicos de diversas especialidades que, por ocasião dos 45 anos da Amagis Saúde, saudaram publicamente o trabalho realizado no plano.

A que o senhor atribui os altos índices de aprovação do plano?

Esse retorno positivo é reflexo do trabalho diário desenvolvido no plano. Como diz o ex-presidente da Amagis desembargador Maurício Torres Soares, na Amagis Saúde, nós não relacionamos o usuário do plano a um número, atendemos aos beneficiários pelo nome do magistrado ou do seu dependente. Isso é muito significativo, pois demonstra o carinho que temos como todos que utilizam a Amagis Saúde. Nosso atendimento é muito personalizado e isso faz a diferença.

Como a atenção à saúde contribui para essa avaliação positiva?

A Amagis Saúde, desde sempre, desenvolve projetos de saúde preventiva como o Integramagis e o Amor à Vida. A iniciativa mais recente foi Programa de Check-up, disponibilizado gratuitamente aos usuários do plano acima dos 35 anos. Eles têm a oportunidade de fazer exames completos e, caso algum problema seja identificado, podem realizar o tratamento de maneira precoce e mais eficaz. Procuramos, por meio do plano, oferecer uma efetiva proteção à saúde da Magistratura mineira, dando a nossos associados e associadas o suporte necessário para que tenham tranquilidade na sua vida pessoal e atividade profissional.

Como a Amagis Saúde se preparou para o enfrentamento da pandemia?

Desde o início da pandemia, decretada em março do ano passado, fizemos um planejamento para que a Amagis Saúde promovesse ações voltadas ao enfrentamento da Covid-19. Desenvolvemos projetos como as teleconsultas, hoje com especialistas em mais de 20 áreas médicas, e procuramos orientar os usuários do plano com relação à prevenção, inclusive a necessidade, quando possível, da não realização de procedimentos médicos eletivos. Pautamos todas nossas ações a partir das orientações da ANS e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), tendo como objetivo o bem-estar dos associados. ●

“O sucesso da Amagis Saúde também pode ser atribuído ao fato de que a Associação trabalha com a atenção voltada exclusivamente para a promoção da saúde da Magistratura mineira”



+ SAÚDE

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS



Amagis amplia convênios com clínicas de vacinação

Diretoria atua para ampliar ações de prevenção à saúde

A fim de ampliar a oferta de vacinas com descontos aos seus associados, a Amagis está dando continuidade às parcerias com clínicas de vacinação de toda a Minas Gerais. Com a medida, a Diretoria da Associação busca ampliar as ações preventivas desenvolvidas em benefício dos magistrados e seus familiares.

A primeira clínica a ser conveniada foi a Imunomédica, em Juiz de Fora [Zona da Mata]. Em seguida, a Associação celebrou parceria com a Clínica Imunizar, em Manhuaçu, no Leste do Estado. Os associados interessados em se vacinar contra a gripe influenza, pagarão o valor promocional de R\$ 110,00 na Imunizar. A vacina oferecida é a tetravalente.

De acordo com o convênio, a Imunizar também disponibiliza diferentes vacinas para crianças, adolescentes, adultos e idosos com o desconto de 12%. Saiba mais no site imunizar.com.br.

A Amagis também está credenciando clínicas de vacinação em Belo Horizonte e Região Metropolitana. Entre esses novos credenciados, estão a Clínica Imunológica [BH e Contagem], que oferece 15% de desconto em várias vacinas, conforme a tabela da empresa. A vacina contra gripe influenza tem um custo de R\$ 90,00.

Na Clínica Vaccine, em Belo Horizonte, a dose da vacina contra gripe influenza tem o valor de R\$ 75,00 nos pagamentos à vista, em dinheiro ou no

CHICO BEZERRA/PREFEITURA MUNICIPAL DO JABOATÃO DOS GUARARAPES



Laboratórios oferecem vacinas para crianças

cartão de débito. No cartão de crédito, é possível parcelar, caso o associado adquira outras vacinas.

A Vaccine oferece 13% de desconto para outras vacinas disponíveis na clínica. Em todos os parceiros, os benefícios oferecidos aos magistrados têm validade enquanto durarem os estoques de vacinas.●

ESCANEE O QR CODE ABAIXO E VEJA OS CONVÊNIOS



DICAS AMAGIS SAÚDE

Desmarcação de Consulta no Programa Amor à Vida

Qual o prazo para a desmarcação de uma consulta?

O ideal é que as consultas sejam canceladas com o máximo de antecedência possível ou, no mínimo, com um dia antes do horário marcado. Caso o motivo do cancelamento ocorra de última hora, é importante avisar assim mesmo.

Por que é importante desmarcar uma consulta?

Com o horário disponível, outro associado que precise consultar o médico pode ser atendido sem ter que esperar muitos dias para isso. E, caso o horário não seja preenchido, o paciente seguinte ao horário desmarcado poderá ser atendido mais cedo.

As marcações e desmarcações podem ser feitas pelo whatsapp da Amagis Saúde?

Sim. O serviço de marcação de consultas pelo WhatsApp, [31] 99772-3177, só é válido para o agendamento de consultas com os cirurgiões dentistas e o médico clínico, que atendem no ambulatório na sede da Amagis e para os médicos da equipe do Amor à Vida.

Atenção:

A Amagis Saúde não faz agendamento de consultas com os médicos e prestadores de serviços da sua rede credenciada.●